



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638575 - MA (2021/0001289-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : LEANDRO BARROS DE SOUSA
ADVOGADO : LEANDRO BARROS DE SOUSA - MA010403
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : FRANCISCO TIAGO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCISCO TIAGO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (HC n. 0806154-50.2020.8.10.0000).

O paciente cumpre pena em regime semiaberto. Postulou livramento condicional, tendo o Juízo da execução criminal indeferido o pedido.

O impetrante sustenta que o paciente preencheu os requisitos previstos no art. 83 do Código Penal para a obtenção do livramento condicional, possuindo comportamento satisfatório para o deferimento da benesse.

Assevera que não deveria ser aplicável ao caso a regressão ao regime semiaberto, pois o apenado não havia iniciado a execução da pena, o que demonstra que somente poderia ser convertida a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade nos limites da sentença condenatória que fixou o regime inicial aberto.

Alega a ocorrência do indevido *bis in idem*, visto que na mesma decisão foi determinada a conversão da pena restritiva em privativa de liberdade e a regressão ao regime intermediário.

Requer, liminarmente, o deferimento do livramento condicional ao paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida ou para que seja determinada a conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade nos limites da sentença, fixando-se regime aberto para início do cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente